

**Dia 25.07 | 16h15 às 18h15 | G20 - 3^a
RMFPBC. International Taxation**

G20 - 3^a RMFPBC

**Sessão 3: International Taxation
Cooperation**

Intervenção do Ministro Fernando Haddad (7 minutos)

Bem-vindos, colegas, à nossa terceira sessão, que será dedicada à cooperação tributária internacional.

Encontrar formas eficazes de tributar os super-ricos é uma prioridade para a presidência brasileira do G20.

Vários países, incluindo o Brasil, estão se esforçando para fortalecer sua capacidade fiscal, ao mesmo tempo em que procuram atender as aspirações legítimas de suas populações por justiça social e serviços públicos de alta qualidade.

Enquanto isso, alguns poucos bilionários continuam evadindo os nossos sistemas tributários, jogando os Estados uns contra os outros, utilizando brechas para evitar o pagamento da sua justa contribuição em impostos, e minando capacidades das autoridades públicas. Em São Paulo, pedi o fim dessa situação absurda. E graças à nossa vontade política coletiva, este G20 será lembrado como o ponto de partida de um novo diálogo global sobre justiça tributária.

Tal progresso no debate tributário internacional foi alcançado por meio da troca de ideias de maneira franca e transparente no G20, com o envolvimento de grandes especialistas e da sociedade civil. Começamos convidando o Professor Gabriel Zucman para nossa primeira reunião ministerial, em São Paulo, onde tivemos uma conversa muito interessante em torno de sua proposta de um imposto mínimo coordenado sobre os super-ricos.

Organizamos então um evento paralelo com os Ministros das Finanças da França e do Quênia e a Diretora-Geral do FMI durante as Reuniões de Primavera, em Washington. Permitam-me aproveitar esta oportunidade para agradecer à senhora Kristalina Georgieva e ao FMI pela sua valiosa contribuição analítica, bem como ao ministro Bruno Le Maire pelo seu apoio decisivo a essa agenda.

Em maio, convocamos um simpósio tributário bastante produtivo em Brasília, contando com a participação de especialistas tributários dos países do G20 e representantes da sociedade civil.

Finalmente, ao longo dos últimos meses, o nosso time tem trabalhado arduamente para construir uma Declaração Ministerial do G20 sobre Cooperação Tributária Internacional.

Esta Declaração será um documento histórico. É a primeira vez que nós, Ministros da trilha de Finanças do G20, falamos em uníssono sobre uma série de questões relativas à cooperação tributária internacional, desde o progresso na agenda de BEPS até a transparência tributária, incluindo a tributação dos super-ricos. Estou muito satisfeito por estarmos em condições de aprovar esta Declaração hoje.

Colegas,

Quero concluir elaborando um pouco sobre a reforma tributária que estamos conduzindo no Brasil, pois ela engloba alguns dos princípios que gostaríamos de ver também na cooperação tributária internacional.

Nos últimos 18 meses, investimos todos os nossos esforços na aprovação de uma reforma de tributos indiretos. A reforma simplificará enormemente o nosso sistema tributário. O novo regime terá um importante impacto redistributivo, pois seu efeito de harmonização da carga tributária entre bens e serviços irá baratear a cesta de consumo das pessoas mais pobres.

A reforma inclui instrumentos inovadores que mitigam a regressividade da tributação sobre o consumo, como a devolução personalizada de tributos à população de baixa renda. Finalmente, a reforma aumenta os impostos sobre produtos prejudiciais ao ambiente e à saúde geral da nossa população, alinhando o nosso sistema tributário com os objetivos de desenvolvimento sustentável.

Ao mesmo tempo, aprovamos medidas para aumentar a progressividade da tributação direta, como a tributação das empresas offshore e o aperfeiçoamento da tributação dos fundos de investimentos exclusivos, o que abrange diretamente os super-ricos.

O conjunto de reformas que implementamos no Brasil reflete o princípio fundamental da progressividade, que orientou a Declaração Ministerial do G20.

Devemos tributar mais os ricos e menos os pobres, melhorando a eficiência global e a legitimidade democrática do sistema tributário.

Gosto de ver a Declaração não como o ponto de chegada, mas como um ponto de partida.

Seguindo em frente, devemos unir esforços para construir uma convenção-quadro ambiciosa nas Nações Unidas, sempre com o apoio inestimável da União Africana, concluir a agenda BEPS, e avançar no sentido de um imposto mínimo global coordenado sobre os bilionários, parte do que tenho chamado de “Pilar 3” da cooperação tributária internacional.

Contem com o Brasil para continuar defendendo a justiça tributária no G20 e outros foros.

Obrigado.

Abro agora a palavra aos Oradores desta sessão: os Estados Unidos da América, Espanha, Noruega e África do Sul, seguidos pela OCDE, ONU e FMI. Na sequência, a palavra será aberta aos Membros, seguidos pelos países convidados.

Third FMCBG Meeting

Rio de Janeiro, 25 and 26 July 2024

Minister Fernando Haddad's speech on international taxation cooperation.

Welcome, Colleagues, to our third session, which will be dedicated to international taxation cooperation.

Finding effective ways to tax the super-rich is a top priority for the Brazilian G20

Presidency. Several countries, including Brazil, are striving to strengthen their fiscal capacity while fulfilling the legitimate aspirations of their populations for social justice, and high-quality public services.

At the same time, a handful of billionaires continue to evade our tax systems, playing states against each other, using loopholes to avoid paying their fair share in taxes, and undermining public authorities. In São Paulo, I called for an end to this absurd situation. And thanks to our collective political will, this G20 will be remembered as the starting point of a new global conversation about tax justice.

Such progress in the international tax debate was achieved through a candid and transparent exchange of ideas within the G20, with the involvement of leading experts and civil society. We began by inviting Professor Gabriel Zucman to our first ministerial meeting, in São Paulo, where we had a very interesting conversation around his proposal of a coordinated minimum tax on the super-rich.

We then organized a side event with the Finance Ministers of France and Kenya and the IMF Managing Director during the Spring Meetings, in Washington DC. Let me take this opportunity to thank Ms Kristalina Georgieva and the IMF for their very valuable analytical input, and Minister Bruno Le Maire for his decisive support.

In May, we convened a productive tax symposium in Brasília, counting on the participation of tax experts from G20 countries and representatives from civil society.

Finally, over the past few months, our teams have been working hard to build a G20 Ministerial Declaration on International Tax Cooperation. This Declaration will be a historical document. It is the first time that we, G20 Finance Track Ministers, speak with one voice about a range of issues on international tax cooperation, from the progress on BEPS to tax transparency, to the taxation of super-rich individuals. I am very glad we are in the position to endorse this Declaration today.

Colleagues,

Let me conclude by elaborating a little bit on the tax reform we are conducting in Brazil, as it encapsulates some of the principles that we would like to see in international taxation cooperation as well.

Over the past 18 months, we have put all our efforts into approving a tax reform of indirect taxation. The reform will effectively simplify our tax system. It will also have an important redistributive impact, as its effect of harmonizing the tax burden between goods and services will make the consumption basket of the poorest people cheaper. It also includes innovative instruments that mitigate the regressive nature of consumption taxation such as personalized tax returns for the low-income population. Finally, the reform increases taxes on products that are harmful to the environment and our population's overall health, aligning our tax system with sustainable development objectives.

At the same time, we also approved measures to increase the progressiveness of direct taxation, such as the taxation of offshore companies and the improvement in the taxation of exclusive investment funds, directly affecting the super-rich.

The set of reforms that we have implemented in Brazil reflects the cardinal principle of progressiveness that has guided us in the G20 Ministerial Declaration. We must tax the rich more and the poor less, improving the overall efficiency and democratic legitimacy of the tax system.

I like to see the Declaration not as the end of a journey, but as a starting point.

Moving forward, we must join efforts to build an ambitious framework convention at the United Nations, always with the invaluable support of the African Union, conclude the BEPS agenda, and advance towards a coordinated global minimum tax on billionaires, part of what I have been calling a "Pillar 3" on international taxation cooperation. You can count on Brazil to continue championing tax justice at the G20

and beyond.

Thank you.

I will now open the floor to the lead speakers of this session: the United States of America, Spain, Norway and South Africa, followed by the OECD, the UN and the IMF. Then the floor will be open to Members, followed by invited countries.